

# 1 Memória de reunião virtual do conselho da APA do Anhatomirim

## 2 INTRODUÇÃO

3 Considerando as medidas de isolamento físico decorrentes das ações de combate ao COVID-19,  
4 a reunião ordinária do conselho gestor da APA do Anhatomirim, inicialmente prevista para o dia  
5 01 de abril de 2020, foi adiada. Optou-se, então, por debater e buscar encaminhamentos para  
6 cada um dos pontos de pauta previstos para a reunião de maneira virtual, mesmo assumindo as  
7 evidentes perdas em relação a uma reunião presencial. Foi utilizado como ferramenta de debate  
8 virtual o grupo de whatsapp do conselho, composto por 69 participantes, entre servidores da  
9 APA (2), conselheiros e ex-conselheiros da unidade de conservação.

10 Os cinco **pontos de pauta** propostos para a reunião que foi adiada eram: 1) Fiscalização conjunta  
11 (ICMBio, Ibama, Polícia Ambiental, Polícia Federal e prefeituras) do defeso da pesca de arrasto  
12 de camarão; 2) Operação escunas: apresentação de resultados e próximos passos; 3) Taxa de  
13 Preservação Ambiental (TPA); 4) Regularização dos ranchos de pesca; 5) Mudanças na gestão do  
14 ICMBio e da APA do Anhatomirim.

15 Como **procedimentos de debate** e busca de encaminhamento para cada um dos pontos de  
16 pauta foi adotada a seguinte estratégia: 1) Apresentação: responsável pelo tema coloca, no  
17 início do dia, o ponto de pauta, explicando um pouco dele; 2) Contribuições ao tema de pauta:  
18 por um período de +-24hs, todos os conselheiros contribuem sobre esse tema colocado, com  
19 questionamentos, críticas, sugestões...; 3) Amarração do tema de pauta: no dia seguinte, das  
20 10:00 as 11:00hs todos os que estiverem disponíveis, buscando sistematizar as contribuições  
21 até o momento feitas, fazer um debate mais aprofundado e buscar encaminhamentos. Ainda,  
22 ao final da discussão de todos os pontos de pauta, ICMBio sistematiza as discussões feitas e os  
23 encaminhamentos sobre o tema (algo como uma “memória de reunião”), apresenta para  
24 correções e contribuições na lista de whatsapp e depois coloca no processo administrativo do  
25 conselho.

26 A reunião teve um total de 707 contribuições escritas dos participantes (ver a integra no anexo).  
27 Houve também contribuições por voz e uma série de documentos apresentados.

28 Abaixo estão os principais resultados da reunião.

### 29 **PAUTA 1: FISCALIZAÇÃO CONJUNTA (ICMBIO, IBAMA, POLÍCIA AMBIENTAL, POLÍCIA** 30 **FEDERAL E PREFEITURAS) DO DEFESO DA PESCA DE ARRASTO DE CAMARÃO;**

31 No dia 27 de março, Heitor (ICMBio) apresenta o ponto de pauta: existe uma norma que proíbe  
32 a pesca de arrasto de camarão entre 01 de março e 31 de maio em todo o Sul e Sudeste do  
33 Brasil. Nesse período continua permitida a pesca de camarão por outras práticas. Ao longo dos  
34 anos ICMBio e outros órgãos têm feito ações de fiscalização visando coibir o arrasto nesse  
35 período, muitas vezes sem sucesso, algumas com sucesso. Esse ano, por iniciativa do Ibama, foi  
36 pensado em uma fiscalização conjunta, envolvendo os vários órgãos relacionados à temática:  
37 ICMBio, Ibama, Polícia Federal, Polícia Ambiental, Prefeituras... Para tanto, inicialmente foi  
38 realizada uma reunião no dia 11 de março em Itajai, na qual todos os órgãos se juntaram para  
39 se capacitar sobre o tema como também para pensar em ações conjuntas. Das instituições  
40 presentes no conselho participaram servidores da APA do Anhatomirim, da Prefeitura de  
41 Governador Celso Ramos e da Polícia Ambiental. A ideia é que nesse período seja intensificada  
42 tanto a fiscalização da pesca em si, por mar, como também do resto da cadeia produtiva, isto é,  
43 dos mercados e peixarias. Relata também que considera que no interior da APA do Anhatomirim  
44 tem se percebido que ao longo dos anos o arrasto durante o defeso tem diminuído mas, ao  
45 mesmo tempo, tem se ouvido muitas reclamações de arrasto durante o defeso na Baía de  
46 Tijucas.

47 Após apresentado o tema é questionado: o que fazer para diminuir a pesca ilegal durante o  
48 defeso? Quais ações seriam importantes? Por quais órgãos? Como?

49 Foram apresentadas uma série de contribuições pelo conselheiros, como: a importância das  
50 ações e normas locais, respeitando a lógica dos municípios e não uma de cima para baixo; a  
51 importância de ações preventivas e conjuntas entre os diferentes órgãos, para ter mais  
52 efetividade; a importância de todos participarem das discussões que estão revendo as normas  
53 de pesca no Brasil, buscando normas mais atualizadas e que atendam às demandas locais.  
54 Também se debateu sobre a pertinência do período de defeso do arrasto, que muitos recebem  
55 sem parar, que todas as artes são predatórias e que uma das possibilidades seria parar tudo, e  
56 não só o arrasto.

57 Além disso, foram estabelecidos dois **encaminhamentos**: (1) considerando que há um debate  
58 sobre o período de defeso e se o arrasto é ou não mais predador que o caceio, fazer uma  
59 pesquisa em conjunto (pescadores de arrasto e de caceio, pesquisadores, ICMBio e outros  
60 órgãos interessados) para descobrir (a) se na área da APA do Anhatomirim o período de defeso  
61 do arrasto é o mais adequado; (b) se o defeso deveria ser só para o arrasto ou também para as  
62 outras artes; (2) Estimular os pescadores da APA do Anhatomirim a participar de outros espaços  
63 de discussão e tomada de decisão como o Grupo de Trabalho Técnico de elaboração das  
64 propostas estaduais e a Câmara Setorial de Pesca apontados pelo José Henrique, da Secretaria  
65 Nacional de Pesca. A participação nesses espaços é importante para debater temas que vão para  
66 além dos limites da APA do Anhatomirim, como sobre seguro-defeso e INIs10 e 12.

## 67 **PAUTA 2: ESGOTO SANITÁRIO DAS EMBARCAÇÕES DE TURISMO DA APA**

68 As 8:30hs do dia 31 de março, Claudinei, responsável pelo Laboratório de Análise de Águas do  
69 ICMBio iniciou sua apresentação, por meio de uma série de slides e áudios explicativos. Sua  
70 apresentação foi dividida em cinco partes: como é feito hoje; quais as tecnologias disponíveis;  
71 quais as normas relacionadas ao tema; experiência internacional e; sugestão de  
72 encaminhamentos. Os slides explicativos estão em documento anexo.

73 Após a apresentação foram realizadas uma série de questionamentos e apontamentos. Os dois  
74 representantes das escunas manifestaram seu interesse em manter a parceria com a APA e  
75 buscar boas soluções para o tema. Se questiona sobre como funciona a fiscalização do tema,  
76 como funciona das outras embarcações. Se refletiu sobre como adequar as normas  
77 internacionais à realidade local. Se refletiu sobre a possibilidade de uma ETE, por meio da  
78 parceria entre os órgãos públicos e a iniciativa privada. Se ponderou das dificuldades de soltar  
79 os dejetos em mar aberto, considerando que a maioria das embarcações são classificadas  
80 exclusivamente para navegação interior. Se ponderou sobre o impacto advindo do esgoto  
81 terrestre, que muitas vezes é jogado sem qualquer tratamento nos rios. também d ao que é  
82 respondido que existem experiências em SP.

83 No dia seguinte a partir das 10hs são sistematizadas as contribuições e como **encaminhamento**,  
84 ficou decidido pela criação de um grupo de trabalho, com os seguintes objetivos: estudo das  
85 leis; estudo das possíveis soluções; pensar em uma padronização; estabelecer um cronograma  
86 de adaptação do sistema atual para o sistema padronizado; elaboração do procedimento  
87 operacional da certificação futura certificação das embarcações de turismo. O GT será puxado  
88 por Claudinei (ICMBio), é aberto à participação de todos e terá como integrantes já definidos:  
89 Claudinei (ICMBio); Ivon (Assoc. de Escunas); Kaillin (Assoc. de Escunas), Rogerio (Assoc. de  
90 Escunas); Adriano (OAB); representante da Floram (Claudinei fará contato), representante da  
91 Prefeitura de Governador Celso Ramos (não definido); CASAN (Claudinei fará contato).

## 92 **PONTO DE PAUTA 3: TAXA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL (TPA)**

93 Marcos (ICMBio) inicia o ponto de pauta inicialmente agradecendo a importância da Prefeitura  
94 Municipal prestar esclarecimentos sobre o tema. Informa que teve conversas com o prefeito  
95 Juliano, que a APA do Anhatomirim é um dos argumentos da existência da TPA e que é  
96 necessário que o conselho da APA tenha acesso aos dados referentes à TPA: quantas pessoas  
97 entraram? Por onde? Quanto foi arrecadado? No que foi destinado? etc. Informa que também

98 conversou com o coordenador regional do ICMBio para, em nível de coordenadoria também  
99 conversar com o prefeito.

100 A partir do áudio de Marcos, iniciam-se as contribuições dos vários conselheiros. É reiterada a  
101 relação entre a criação da TPA e a existência da APA, o que reforça a necessidade de maior  
102 envolvimento da unidade na gestão desse tema. Se questiona se existe algum site que publicize  
103 esses dados, já que devem ser públicos, transparentes. É esclarecido pela Prefeitura que hoje a  
104 gestão da TPA está sob o comando da Secretaria de Segurança Pública, o que é posteriormente  
105 questionado, pois considera-se que deveria estar com a Secretaria de Planejamento,  
106 Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. É esclarecido que há também a Comissão  
107 Permanente de Gestão da TPA, mas nenhum dos participantes sabia quais eram seus  
108 integrantes. Se discute sobre onde devem ser investidos os recursos, reforçando que é na área  
109 ambiental. É sugerido que o conselho esteja envolvido na definição de onde deve ser investido  
110 o recurso e são elaboradas algumas propostas: educação ambiental; recuperação de áreas  
111 degradadas; erradicação do pinus na APA; fortalecimento da fiscalização ambiental feita pelos  
112 órgãos do SISNAMA; melhoria da infraestrutura aos turistas; projeto de saneamento das  
113 comunidades da APA; gestão de resíduos, coleta seletiva e pátio de compostagem; incentivos às  
114 associações locais para acessar o recurso e desenvolver iniciativas nos seus bairros.

115 Além das contribuições relacionadas à TPA, também se questiona como funciona o recurso que  
116 vem das entradas nas fortalezas, ao que a representante da UFSC esclarece que todos os dados  
117 estão disponíveis em <https://fortalezas.ufsc.br/prestacaodecontas/>

118 No dia 03/04 a partir das 10hs começou o processo de sistematização das contribuições e de  
119 construção dos encaminhamentos. Como **encaminhamentos** ficaram definidos: (1) o envio de  
120 um ofício à Prefeitura (Secretaria de Administração e Secretaria de Segurança Pública),  
121 solicitando os dados da TPA, questionando como está a gestão dos seus recursos, quem são os  
122 integrantes da Comissão Permanente de Gestão e quais os documentos produzidos por essa  
123 comissão. No ofício também reforçar a importância de que seja investido nas comunidades  
124 inseridas na APA. Esse ofício será minutado pelo ICMBio para posterior contribuição do  
125 conselho. (2) Reunião entre ICMBio (APA e Coordenação Regional) e Prefeitura. (3) Solicitação  
126 de uma audiência do conselho com o prefeito sobre o tema.

#### 127 **PAUTA 4: REGULARIZAÇÃO DOS RANCHOS DE PESCA**

128 No dia 06/04 tem início o quarto ponto de pauta. Heitor apresenta um histórico das ações  
129 relacionadas ao tema na APA e atualiza quais os últimos encaminhamentos. Afirma que desde  
130 2012, com as reuniões de pescadores para a elaboração do plano de Manejo, discutimos sobre  
131 a necessidade de regularizar os ranchos de pesca, estrutura essencial para a atividade do  
132 pescador, que é um dos objetivos de criação da APA do Anhatomirim. Que no plano de manejo  
133 hoje é permitida nos terrenos de marinha a construção de ranchos de pesca e de estruturas  
134 associadas para apoio ao pescador e maricultor. Desde então foram feitos vários esforços de  
135 regularização de três áreas para construção de ranchos coletivos, nas praias da Costeira, do  
136 Magalhães e do Antônio Correa. Esse trabalho foi realizado conjuntamente por ICMBio, SPU,  
137 Prefeitura e pescadores. O Ministério Público Federal também sempre acompanhou. Depois de  
138 uma série de tratativas entre as instituições e de várias reuniões com os pescadores dessas três  
139 áreas conseguimos passar as áreas que antes estavam com particulares para a Prefeitura  
140 Municipal, em um termo de cessão na qual ela se compromete que o uso é exclusivo dos  
141 pescadores artesanais e que irá construir os ranchos coletivos. Porém, apesar de mais de quatro  
142 anos já terem se passado desde a passagem da área para a Prefeitura, de vários esforços,  
143 inclusive da elaboração de plantas e da tentativa de licitações, a Prefeitura ainda não conseguiu  
144 realizar a construção dos ranchos. Nesse meio tempo surgiu uma quarta demanda de rancho  
145 coletivo, na comunidade da Caieira. Também tivemos várias reuniões e ações conjuntas, com  
146 grande participação dos pescadores do local, que demoliram (em conjunto com ICMBio e

147 Prefeitura) 10 ranchos construídos irregularmente, mas a área ainda não foi passada para a  
148 Prefeitura. Por ser acrescido de marinha, área pública que não pode ter nenhum cessionário  
149 particular, não é necessária nenhuma mudança no Registro de Inscrição Patrimonial do SPU.  
150 Como próximos passos na Caieira, seguindo as exigências da SPU, a FAMGOV está realizando um  
151 laudo técnico sobre o local e a Secretaria Municipal de Pesca está fazendo o levantamento  
152 topográfico (para dizer exatamente quais as coordenadas da área). Assim que terminarem essas  
153 duas coisas e encaminharem para o SPU, o SPU abre o processo administrativo, o ICMBio  
154 encaminha o material que já tem (estudos sobre a área, memórias de reuniões, documentos dos  
155 pescadores envolvidos...). Com isso, temos hoje a demanda pela construção de quatro ranchos  
156 coletivos, com as áreas já definidas, assim como sabendo quais são os pescadores que vão  
157 utilizar estes ranchos. Mas continuamos sem a construção deles. Para essa construção o ICMBio  
158 está ao mesmo tempo cobrando da Prefeitura, como também buscando fontes alternativas.  
159 Uma alternativa que surgiu recentemente foi de um processo judicial, que um proprietário do  
160 Recanto das Marés tem que recuperar área dentro da APA. Inicialmente se propôs trabalhar em  
161 área da Fazenda da Armação utilizada por maricultores, mas essa proposta não foi para a frente.  
162 Então houve uma nova reunião com esse proprietário do Recanto das Marés e foi proposta como  
163 alternativa a construção dos quatro ranchos coletivos e a recuperação ambiental das áreas.  
164 Informa ainda que eles estão fazendo o levantamento dos custos, mas ainda não deram nenhum  
165 retorno.

166 Marina (SPU) confirma as informações e Karina (FAMGOV) fala sobre as ações da prefeitura,  
167 informando que já fizeram a vistoria para a elaboração do laudo da área. Discute-se sobre como  
168 será a gestão e que quem serão os beneficiários desses ranchos. É reforçado que as áreas são  
169 exclusivas para pescadores artesanais tradicionais da área, que tem a pesca como sua principal  
170 fonte de sustento e manutenção de sua cultura e identidade e que os critérios de uso serão  
171 construídos em conjunto com os pescadores.

172 Marcos (ICMBio) repassa os contatos que teve com o proprietário autuado que tem que  
173 compensar ambientalmente e com o prefeito e que como encaminhamento o autuado irá  
174 construir os quatro ranchos e que a prefeitura será a responsável pela recuperação ambiental  
175 das áreas. Esse arranjo será apresentado na Justiça Federal, visando a concordância de todos.

176 Há debate sobre como será o rancho de pesca, reforçando que ele não é moradia ou  
177 propriedade de algum pescador ou grupo de pescadores em específico, mas sim um espaço  
178 coletivo de todos os pescadores, de trabalho, de memória, de socialização, de tomada de  
179 decisão da comunidade. Também é discutido como o rancho deverá ser construído, reforçando  
180 a importância de manter a identidade luso-brasileira, de integrá-lo à paisagem e de viabilizar o  
181 descarte do óleo. Ao mesmo tempo, também é reforçado que não podemos demorar ainda  
182 mais, que temos que solucionar uma demanda que está represada faz tempo.

183 Ao final Marcos reforça o **encaminhamento** com empreendedor e prefeitura: o empreendedor  
184 se compromete a construir os quatro ranchos. Vai fazer o projeto dos ranchos, que será  
185 encaminhado ao ICMBio antes de apresentar à Justiça Federal. ICMBio discutirá o projeto com  
186 os pescadores, considerando as contribuições vindas do conselho. Prefeitura, por sua vez,  
187 assume o compromisso de fazer o Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRAD) das  
188 quatro áreas. Esse arranjo será encaminhado à Justiça para avaliação junto com MPF em  
189 audiência.

#### 190 **PAUTA 5: MUDANÇAS INSTITUCIONAIS NO ICMBIO E NA APA DO ANHATOMIRIM**

191 No dia 08 de abril Heitor (ICMBio) apresenta o tema: no dia 12 de fevereiro foi publicado pela  
192 direção do ICMBio a Portaria 109/2020, que cria o Núcleo de Gestão Integrada de Florianópolis.  
193 Esta portaria, que vai valer a partir de 12 de maio, estabelece que ao invés de cada unidade de  
194 conservação sediada em Florianópolis (Reserva Biológica do Arvoredo, Estação Ecológica de  
195 Carijós, APA do Anhatomirim e Reserva Extrativista do Pirajubaé) ter seu chefe e seus

196 funcionários, existirá apenas um chefe e todos os funcionários trabalharão para todas as  
197 unidades. Como consequência direta para a APA do Anhatomirim: não teremos mais o cargo de  
198 chefe da APA do Anhatomirim (que hoje é o Marcos) e também não teremos mais a equipe de  
199 servidores da APA do Anhatomirim (que hoje são o Edson Gracindo, o Heitor, o Paulo Flores e  
200 a Ângela). Estes cinco agora não trabalharão exclusivamente para a APA, mas dividirão seus  
201 esforços e tempo de trabalho entre todas as unidades (entre elas a própria APA). Por sua vez, os  
202 servidores das outras unidades também trabalharão em todas as unidades, inclusive na APA.  
203 Explica que ainda não está claro qual será a forma de trabalho, uma possibilidade é ter uma  
204 equipe para cada tema (por exemplo equipe de fiscalização, equipe de pesquisa, equipe  
205 socioambiental, equipe administrativa...) mas também têm sido pensados outros arranjos.  
206 Também não está definido será esse chefe das quatro unidades, nem se ele será ou não do  
207 ICMBio.

208 A partir da apresentação pergunta aos conselheiros o que acharam e o que propõem.  
209 Conselheiros criticam algumas das alterações, considerando que tende à concentração de  
210 poder, ao sucateamento e a aumentar a burocracia. É falado que o ideal é que a chefia seja  
211 ocupada por servidor efetivo do ICMBio. É realizada uma análise mais atenta da portaria que  
212 estabelece o Núcleo de Gestão Integrada. Avalia-se que não será necessariamente uma redução  
213 do número de servidores, o que é contraposto de que haverá uma redução no número de ações  
214 e de que tende a diminuir a interação com as comunidades.

215 Discute-se também qual será o papel do conselho nesse novo cenário. Há desde opiniões de que  
216 pode se tornar meramente decorativo, outras de que nada mudará, até aquelas que consideram  
217 que pode ter mais força.

218 No dia seguinte, a partir das 10hs, é iniciado o processo de sistematização e de busca de  
219 encaminhamentos, o qual é puxado por Marcos (ICMBio) que detalha como foi estabelecido o  
220 Núcleo, que já está decidido e que agora temos que cumprir, e apresenta algumas das  
221 preocupações que ele e a equipe da APA tem tido: perder processos que estão caminhando,  
222 (como dos ranchos coletivos), servidores que não conhecem os processos que ocorrem nas  
223 unidades fiscalizarem sem considerar os acordos que estão em prática (cita o caso da pesca  
224 artesanal e dos vários acordos existentes tanto na APA quanto na RESEX). Heitor reforça alguns  
225 pontos que a equipe da APA tem bastante preocupação que acabe, como o monitoramento do  
226 turismo embarcado, a boa articulação com as outras instituições do território e a relação  
227 próxima com os moradores. É questionado se a próxima reunião presencial do conselho já será  
228 com os novos integrantes, ao que Marcos responde que ainda não sabe, mas que gostaria sim  
229 de uma reunião final. Essa proposta é apoiada.

230 Como **encaminhamentos** desse ponto de pauta: realização de uma reunião extraordinária / de  
231 transição, assim que acabarem as restrições de circulação e contato social. Conselheiros vão se  
232 comunicar independentemente do ICMBio e avaliar se é interessante ou não fazer uma  
233 manifestação formal sobre o tema e se essa manifestação é só do conselho da APA ou se deve  
234 envolver outros conselhos.

235

236 Essa foi a memória da reunião, compilada por Heitor a partir do registro de conversas por  
237 whatsapp da lista Conselho APAA entre os 30 de março e 09 de abril (ver anexo).